

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.506 - PE (2019/0130219-6)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES  
**PROCURADORES** : ELKER SIQUEIRA CAMPOS - PE015678  
FERNANDA NEVES BAPTISTA LEAL LAPA - PE026016  
**AGRAVADO** : SEVERINO JOSE DE ARAUJO  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto pelo MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tomado de acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que afastou a condenação do executado em honorários de sucumbência, em razão da extinção da execução fiscal ter sido efetuada antes da citação, face à quitação administrativa da dívida executada.

No Recurso Especial, manejado com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, aponta-se a existência de dissenso pretoriano e violação aos arts. 85, § 1º, e 90 do CPC/2015.

Sustenta-se, em síntese, que:

"Não é preciso muito esforço argumentativo para expor o fato de que o pagamento, após o ajuizamento da execução fiscal, nada mais é do que reconhecimento jurídico do pedido.

Deixar de condenar o executado, ao argumento de que nos autos não se efetivou a citação ou que esta se deu em momento posterior ao pagamento, é prestigiar o contribuinte inadimplente que, passivamente, espera ver o crédito tributário ser inscrito em dívida ativa e ser ajuizada a execução fiscal para somente depois proceder ao pagamento, em condições que quase que semelhantes àqueles que se esforçam para cumprir com suas obrigações tributárias em dia" (fls. 88/89e).

Requer-se, por fim, "a) seja o recurso especial admitido, uma vez comprovada a presença de todos os seus requisitos de apreciação; b) seja reformado o acórdão de fls., visto aplicar indevidamente a legislação federal e estar em dissonância com a orientação jurisprudencial recente do TJPE e do próprio STJ, consoante já demonstrado em cotejo analítico, para condenar o executado em honorários advocatícios pela sucumbência, de acordo com o artigo 85, § 3º, do CPC/15" (fl. 95e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial inadmitido (fls. 101/103e), com base na Súmula 83/STJ, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 108/117e).

Sem contraminuta.

O presente recurso merece prosperar.

Orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido do cabimento da condenação do executado, em honorários de sucumbência, mesmo na hipótese em que o crédito tributário executado tenha sido quitado antes de realizada a citação, em razão da aplicação do princípio da causalidade.

Senão, vejamos:

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. PAGAMENTO EXTRAJUDICIAL POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. DESNECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DAS PROVAS DOS AUTOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7/STJ.**

1. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de ser devida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios quando a quitação extrajudicial do débito executado ocorrer após o ajuizamento da ação executiva, mesmo antes de efetivada a citação, em homenagem ao princípio da causalidade, não devendo incidir a exceção prevista no art. 26 da LEF.

2. Ao contrário do que alega a agravante, as questões referentes às datas do ajuizamento da ação, do pagamento do crédito tributário e da citação da parte executada encontram-se discriminadas na própria ementa do aresto recorrido, não demandando qualquer investigação dos elementos dos autos, razão pela qual incabível o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.067.906/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2017).

**"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PAGAMENTO DO DÉBITO PELO EXECUTADO ANTES DA SUA CITAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II, DO CPC.**

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal 'a quo' julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a condenação em honorários advocatícios pauta-se pelo Princípio da causalidade, ou seja, somente aquele que deu causa à demanda ou ao incidente processual é quem deve arcar com as despesas deles decorrentes.

3. No caso 'sub judice', ficou demonstrado que o recorrente ajuizou Ação de Execução Fiscal a fim de cobrar débito tributário do recorrido. Este, reconhecendo a dívida, pagou todo o débito antes de citado. O Tribunal mineiro entendeu que não caberia o pagamento de custas e honorários advocatícios ao Estado, porquanto a relação processual não havia sido integralmente formalizada.

4. Contudo, o entendimento do Tribunal local vai de encontro com o Princípio da Causalidade, que prevê o pagamento das despesas e dos honorários por aquele que der causa à demanda, mesmo que a relação jurídica processual não tenha sido formada, pois o autor da ação não pode ser prejudicado pelo exercício de um direito legítimo que, no caso, é a propositura da execução fiscal. Precedente: AgRg no AREsp 759.959/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 28/9/2015.

5. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.592.755/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/09/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial, de modo a fixar honorários advocatícios em favor do recorrente, no percentual mínimo estipulado no art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015, a ser apurado em execução de sentença.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora